



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 707620 - SE (2015/0114059-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA

AGRAVANTE : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS

**ADVOGADOS : CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO E OUTRO(S) - SE000392A
NAYCA NEGREIROS FERREIRA - SE000487B**

AGRAVANTE : CARLOS EDUARDO ARAUJO LINS

AGRAVANTE : CARLOS ALBERTO PEREIRA BARROS FILHO

**ADVOGADO : CARLOS ALBERTO PEREIRA BARROS FILHO (EM CAUSA PRÓPRIA) E
OUTRO - SE005654**

AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto por FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS contra decisão publicada na vigência do CPC/1973, que inadmitiu o recurso especial em virtude da incidência da Súmula n. 83/STJ (e-STJ fls. 1.193/1.199).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fls. 919/920):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PRELIMINAR DE NULIDADE - LITISCONSÓRCIO PASSIVO. REJEITADA. LEGALIDADE DO DECRETO 81.240/78. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO DE IDADE PARA APOSENTADORIA. MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ATUARIAL - INAPLICÁVEL AO CASO EM CONCRETO EM RAZÃO DE O AUTOR TER INGRESSADO NA ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (20/11/73-FL.32) - PETROS, ANTES DA ALTERAÇÃO CORRESPONDENTE A EXIGÊNCIA DO "LIMITE ETÁRIO" (01/01/78). HONORÁRIOS INALTERADOS. SENTENÇA REFORMADA.

1- O Regulamento Básico de 1969, ao qual aderiu o autor, não estipula como requisito para a concessão da suplementação da aposentadoria, o desligamento do emprego, mas a aposentadoria pela Previdência Social. Tendo direito o autor a partir da aposentadoria pelo INSS à referida Suplementação.

2- Aplicação do CDC as entidades de previdência privada fechada precedentes do STJ. O mantedor-beneficiário aposentado deve contribuir nos termos do Regulamento Básico, contudo observando o salário-de-participação próprio. Assim devem ser restituídos os valores a título de contribuição, a partir da aposentadoria do autor, feitos irregularmente. RECURSO DA REQUERIDA IMPROVIDO - RECURSO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO - UNÂNIME.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 961/972).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 991/1.034), fundamentado no art.

105, III, "a" e "c", da CF, a recorrente apontou, além de dissídio jurisprudencial, afronta aos arts. 6º, § 1º, da LINDB, 104 do CC, 17, 18, § 3º, 19, 31, § 1º, e 68, § 1º, da LC n. 109/2001, 10, I, da Lei n. 5.890/1973, 3º, I, e 6º da LC n. 108/2001 e 3º do CDC, sustentando ser: (a) o benefício previdenciário regido pela legislação vigente à época da aquisição do direito à fruição, e não pela norma do momento de adesão ao plano de previdência privada, (b) imprescindível o rompimento do vínculo empregatício para o recebimento do benefício, e (c) inaplicável o CDC.

No agravo (e-STJ fls. 1.022/1.218), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

O agravado apresentou contraminuta (e-STJ fls. 1.255/1.299).

É o relatório.

Decido.

Conheço do agravo e passo ao exame do recurso especial.

Em relação à matéria de fundo, deve-se esclarecer que é pacífico, nas Turmas que compõem a Segunda Seção desta Corte, o entendimento segundo o qual é necessária a cessação do vínculo empregatício do participante com o patrocinador para a concessão da aposentadoria complementar, ainda que o plano de benefícios tenha sido instituído antes da LC n. 108/2001, que criou a regra de cessação do vínculo. Confirmam-se, a propósito, os seguintes precedentes:

PREVIDÊNCIA PRIVADA FECHADA. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE TRABALHO E CONTRATO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. VÍNCULOS CONTRATUAIS DISTINTOS, SUBMETIDOS À NORMATIZAÇÃO E PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS. PLANO DE BENEFÍCIOS SUBMETIDO À LEI COMPLEMENTAR N. 108/2001. VEDAÇÃO ESTABELECIDADA PELO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR N. 108/2001 À CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO QUE SEJA PROGRAMADA E CONTINUADA, SEM QUE TENHA HAVIDO CESSAÇÃO DO VÍNCULO DO PARTICIPANTE COM A PATROCINADORA. TESE DE VIOLAÇÃO AO ATO JURÍDICO PERFEITO. DESCABIMENTO. OUTROSSIM, SÓ HÁ DIREITO ADQUIRIDO AO BENEFÍCIO - NOS MOLDES DO REGULAMENTO VIGENTE DO PLANO - NO MOMENTO EM QUE O PARTICIPANTE PASSA A TER DIREITO AO BENEFÍCIO COMPLEMENTAR DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.

1. Na previdência privada, o sistema de capitalização constitui pilar de seu regime - baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado. Nessa linha, os planos de benefícios de previdência complementar são previamente aprovados pelo órgão público fiscalizador, de adesão facultativa, devendo ser elaborados com base em cálculos matemáticos, embasados em estudos de natureza atuarial, e, ao final de cada exercício, devem ser reavaliados, de modo a prevenir ou mitigar prejuízos aos participantes e beneficiários do plano (artigo 43 da ab-rogada Lei n. 6.435/1977 e artigo 23 da Lei Complementar n. 109/2001).

2. A ab-rogada Lei n. 6.435/1977, dentre outras disposições, estabelecia que as entidades fechadas eram consideradas complementares do sistema oficial de previdência e assistência social, cabendo às patrocinadoras

supervisionar e proporcionar garantia aos compromissos assumidos para com os participantes dos planos de benefícios.

3. Com a Emenda Constitucional n. 20 de 1998, a Carta Magna passou a estabelecer a autonomia do regime de previdência complementar em relação ao regime geral de previdência social e a dispor, no art. 202, § 3º, ser vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

4. Nesse contexto, com o advento da Lei Complementar n. 108/2001 - Diploma cuja edição foi determinada pelo art. 202, § 4º, da CF -, o ordenamento jurídico passou a contar com novas normas para os planos de benefícios, estabelecendo - em regra jurídica cogente de eficácia imediata contida no art. 3º, I, da Lei Complementar n.108/2001, a vincular, independentemente de alteração regulamentar ou estatutária, participantes, entidade de previdência privada, órgãos públicos regulador e fiscalizador - carência mínima de sessenta contribuições mensais a plano de benefícios e cessação do vínculo com o patrocinador, para se tornar elegível a um benefício de prestação que seja programada e continuada.

5. Embora a relação contratual de previdência privada não se confunda com a relação de emprego mantida pelo participante com a patrocinadora, a vedação ao recebimento de benefício de previdência complementar sem que tenha havido o rompimento do vínculo trabalhista, em vista das mudanças operadas no ordenamento jurídico, não é desarrazoada, pois refletirá no período médio de recebimento de benefícios pela coletividade de beneficiários do plano de benefícios. Ademais, o fundamento dos planos de benefícios de previdência privada não é o enriquecimento, mas permitir uma continuidade no padrão de vida do participante, na ocasião em que se torna assistido.6. Recurso especial provido.

(REsp n. 1.415.501/SE, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/5/2014, DJe 4/8/2014.)

RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. PATROCINADOR. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA SUPLEMENTAR. REQUISITOS. CESSAÇÃO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO. ADESÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS. CONDIÇÃO INEXISTENTE. DIREITO ADQUIRIDO. AFASTAMENTO. MERA EXPECTATIVA DE DIREITO. EXIGÊNCIA INSTITUÍDA POR LEI. CARÁTER COGENTE. NORMAS APLICÁVEIS AO TEMPO DO CUMPRIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS PARA A OBTENÇÃO DO BENEFÍCIO.

1. Ação ordinária que visa a concessão de suplementação de aposentadoria, visto que, apesar de o participante ter sido aposentado pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a aposentadoria complementar lhe foi negada ao argumento de que também deveria promover o desligamento da empregadora, requisito inexistente ao tempo da adesão ao plano de benefícios.

2. A orientação jurisprudencial desta Corte Superior é no sentido de que o patrocinador não possui legitimidade para figurar no polo passivo de demandas que envolvam participante e entidade de previdência privada, ainda mais se a controvérsia se referir ao plano de benefícios, como a concessão de aposentadoria suplementar. Isso porque o patrocinador e o fundo de pensão são dotados de personalidades jurídicas próprias e patrimônios distintos, sendo o interesse daquele meramente econômico e

não jurídico.

3. O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável à relação jurídica mantida entre a entidade fechada de previdência privada e seus participantes, porquanto o patrimônio da entidade e respectivos rendimentos reverterem-se integralmente na concessão e manutenção do pagamento de benefícios, prevalecendo o associativismo e o mutualismo, o que afasta o intuito lucrativo. Desse modo, o fundo de pensão não se enquadra no conceito legal de fornecedor, devendo a Súmula nº 321/STJ ser aplicada somente às entidades abertas de previdência complementar.

4. A relação jurídica estabelecida entre o participante e a entidade fechada de previdência privada é de índole civil e não trabalhista, não se confundindo, portanto, com a relação formada entre o empregador (patrocinador) e o empregado (participante). Assim, para a solução das controvérsias atinentes à previdência privada, devem incidir, prioritariamente, as normas que a disciplinam e não outras, alheias às suas peculiaridades.

5. Seja sob a égide da Lei nº 6.435/77 ou das Leis Complementares nºs 108/2001 e 109/2001, sempre foi permitida à entidade fechada de previdência privada alterar os regulamentos dos planos de custeio e de benefícios como forma de manter o equilíbrio atuarial das reservas e cumprir os compromissos assumidos diante das novas realidades econômicas e de mercado que vão surgindo ao longo do tempo. Por isso é que periodicamente há adaptações e revisões dos planos de benefícios a conceder, incidindo as modificações a todos os participantes do fundo de pensão após a devida aprovação pelos órgãos competentes (regulador e fiscalizador), observado, em qualquer caso, o direito acumulado de cada aderente.

6. Não há falar em direito adquirido, mas em mera expectativa de direito do participante, à aplicação das regras de concessão da aposentadoria suplementar quando de sua admissão ao plano, sendo apenas assegurada a incidência das disposições regulamentares vigentes na data em que cumprir todos os requisitos exigidos para obtenção do benefício, tornando-o elegível.

7. As normas editadas pelo Poder Público com relação às entidades de previdência privada são de caráter cogente e devem integrar as regras estatutárias, ainda que não tenha havido a devida alteração no plano de benefícios, sobretudo porque não dependem, para a sua eficácia, de ato de vontade da administração do fundo de pensão em providenciar a adaptação do regulamento ao novo sistema legal em vigor.

8. Não há ilegalidade na exigência feita pela entidade de previdência privada do requisito da cessação do vínculo empregatício do participante com o patrocinador (empregador) como condição para a concessão da aposentadoria complementar, haja vista a alteração regulamentar ocorrida por força de lei (art. 3º, I, da LC nº 108/2001) antes de implementados os requisitos para a obtenção do benefício, o que acabou por atingir a sua situação jurídica, em que pese tal condição não ter constado quando da adesão ao plano de benefícios.

9. Recurso especial provido.

(REsp n. 1.421.951/SE, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 19/12/2014.)

Portanto, é de se reconhecer a legalidade da exigência de cessação do vínculo empregatício do participante com o patrocinador, como condição para conceder a aposentadoria complementar.

Ficam prejudicadas as demais questões alegadas no recurso especial.

Diante do exposto, CONHEÇO do agravo e DOU PROVIMENTO ao recurso especial, para julgar improcedente o pedido.

Condeno os autores ao pagamento de custas e honorários advocatícios, fixados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), observado, se for o caso, o disposto no art. 12 da Lei n. 1.060/1950.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 01 de abril de 2020.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**
Relator